

Concessões de água e esgoto tiveram propina, apontam delações

Graciliano Rocha e Eduardo Militão • Do UOL, em São Paulo e em Brasília

12/02/2026 05h30



54



Reproduzindo artigo
Powered by **Trinity Audio**

00:03



1.0x

14:29

The image is a dark, atmospheric photograph. At the top, a white square logo contains the text 'uol Prime'. Below it, a large, metallic pipe is shown in a cross-section, with water gushing out from the gap between two segments. The pipe is set within a deep, dark trench. At the bottom of the trench, numerous Brazilian 100 Real banknotes are scattered, partially submerged in the water. The background shows a faint, dark silhouette of a city skyline at night.

uol
Prime

O PROPINODUTO DA AEGEA NAS CONCESSÕES DE ÁGUA E ESGOTO

Por muitos anos, a Aegea foi vista por analistas de mercado como um case de expansão agressiva sobre as concessões de água e esgoto no país, desafiando os poderosos atores estatais.

A Aegea é uma empresa de DNA 100% privado, controlada pela Montese, uma holding pertencente às famílias Toledo e Vettorazzo, que passou a acumular concessões de água e esgoto em cidades menores. A holding também controla a Equipav, tradicional empreiteira paulista.

Com uma estratégia de ocupação de territórios parecida com o jogo War, a Aegea saltou de seis municípios atendidos em 2010 para 126 cidades em 2021, em 12 estados, atendendo mais de 11 milhões de pessoas. Atualmente, a empresa atende 890 municípios e 39 milhões de pessoas.

A expansão na década passada teve um ingrediente secreto: corrupção de prefeitos, governadores e até de integrantes de órgãos de fiscalização, conforme a própria companhia admitiu em um acordo com as autoridades.

Segundo documentos e anexos de uma delação premiada homologada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2025, ainda sob sigilo, aos quais o **UOL** teve acesso, executivos e colaboradores ligados à Aegea admitiram o pagamento de propinas a agentes públicos em pelo menos seis estados e 20 municípios para obter ou manter concessões de água e esgoto.

O esquema, que movimentou pelo menos R\$ 63 milhões entre 2010 e 2018. O acordo celebrado em 2021 foi homologado pelo ministro Raul Araújo, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em fevereiro de 2025, após cinco anos de tramitação.

Parte do combinado com o Ministério Público Federal, além da admissão de crimes na esfera penal, foi o pagamento à União de R\$ 439 milhões pela empresa —valor dividido em 15 parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA.

No dia 4 de fevereiro, a Aegea foi procurada pelo **UOL** com perguntas sobre o conteúdo das delações de seus executivos em 2020 e 2021.

No dia 5 de fevereiro, às 9h57 (três minutos antes da abertura da B3), a empresa publicou um fato relevante em que admitia publicamente a existência do acordo de leniência com o MPF, em 2021.

No comunicado ao mercado assinado pelo diretor financeiro e de relações com investidores, André Pires de Oliveira Dias, a empresa afirma que o acordo se refere "a circunstâncias anteriores a 2018, apuradas em investigações internas e independentes, compartilhadas voluntariamente com o MPF pela Companhia (...)".

O MAPA DA PROPINA, SEGUNDO DELATORES DA AEGEA





1 SC

- **São Francisco do Sul**
Pagamentos ao ex-prefeito
- **Penha**
Vantagens em dinheiro e bens a ex-prefeito
- **Camboriú**
Compra de imóveis para ex-prefeita
- **Bombinhas**
Repasse a campanhas de ex-prefeitas
- **Baln. Piçarras / Navegantes**
Repasse relatado;
concessões não consolidadas

TCE-SC

- Pagamentos a conselheiros

2 MT

- **Sinop**

Foco central de repasses ao ex-prefeito

- **Sorriso**

Empresa usada para pagamentos simulados

- **Novo Progresso / Guarantã / Matupá**

Operações societárias para gerar recursos

3 MS

- **Campo Grande**

Maiores repasses; campanhas de prefeitos e governador

4 RJ, SP e PO

RS, SP e RO

- **Arraial do Cabo / Cabo Frio / região dos Lagos**

Pagamentos a políticos

- **Piracicaba (SP) e cidades de Rondônia**

Também houve relatos de pagamentos

Imagem: Arte/UOL

Limpar o passado e entrada da Itaúsa

Quem bateu à porta dos procuradores para contar que estava pagando propina a rodo foi a própria Aegea, ainda no começo de 2020. O drive da decisão estava conectado a uma mudança estrutural no mercado.

Em julho daquele ano, o Congresso aprovaria o Marco do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020), que estabeleceu metas de universalização de água potável e expansão da rede de esgoto para 90% dos municípios até 2033.

Uma das principais entregas do governo Bolsonaro na área da infraestrutura, a lei fomentou a concorrência, regionalização dos serviços e uma forte atração de investimentos privados.

Foi neste contexto que a Aegea passou a monitorar oportunidades para captar sócios e reforçar sua capacidade de caixa para entrar nos

grandes leilões abertos pelas novas regras do Marco.

Naquele momento, segundo uma fonte ligada à empresa que falou com o **UOL** em condição de não ter o nome revelado, havia negociação com investidores institucionais para aquisição de bloco de ações da empresa para aumentar a musculatura financeira para a entrada nos leilões.

Neste tipo de operação, é regra que os investidores realizem processos de "due diligence" antes de fechar negócio. É uma investigação prévia sobre a empresa investida cujo objetivo é confirmar as informações, entender os riscos e evitar surpresas desagradáveis depois.

Os acordos de colaboração premiada —em que executivos e ex-executivos admitiram crimes em troca de benefícios penais— e o acordo de leniência, pelo qual a empresa se comprometeu a pagar R\$ 439 milhões, ajudaram a estancar o passivo judicial do passado. Com isso, evitaram entraves à entrada de grandes grupos empresariais no quadro de acionistas da companhia.

No dia 21 de abril daquele ano, a Aegea assinou o termo de acordo de leniência com o Ministério Público Federal. Seis dias depois, a Itaúsa, holding controladora do Itaú Unibanco, virou sócia da Aegea, comprando 10,2% do capital votante e 8,5% do capital total da Aegea Saneamento e Participações, pagando R\$ 1,3 bilhão pelas ações.

No dia 30, a Aegea venceu o leilão de dois dos quatro blocos da Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro).

A empresa arrematou os blocos 1 e 4 por R\$ 22,7 bilhões na B3, no leilão da distribuição de água e esgoto do Rio, dando seu primeiro grande salto de base populacional no modelo de concessão em blocos.

Abril de 2021 foi um mês memorável para a nova Aegea: o risco jurídico com a corrupção havia sido equacionado com o acordo, um dos maiores conglomerados do capitalismo brasileiro entrara na sociedade e a empresa arrastara seus pinos num território cobiçado por outros jogadores: uma parte da capital e outros 26 municípios do Rio.



Hamilton Amadeo, ex-presidente da Aegea
Imagem: Marcio Bruno/FGV

CEO da Aegea autorizava pagamentos

Arquiteto da expansão da Aegea, o então presidente da companhia, Hamilton Amadeo, era quem tinha a palavra final sobre os pagamentos de propinas a políticos, segundo ele próprio admitiu.

O segundo na hierarquia era Santiago Crespo, então diretor comercial da companhia. Ele e Amadeo são os únicos delatores que deverão cumprir pena de prisão, conforme o acordo de colaboração, após o trânsito em julgado e o fim dos recursos no STJ e no STF. Até lá, a punição prevista é de prisão domiciliar.

Em Santa Catarina, a corrupção da Aegea galgou um degrau extra de institucionalidade, utilizando influência no Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) e repasses a prefeitos para garantir a obtenção e manutenção de concessões de saneamento, segundo os depoimentos à Procuradoria.

O esquema, detalhado por delatores, envolvia o pagamento de propinas por meio de dinheiro vivo, contratos fictícios, compra de imóveis e até de veículos de luxo.

O principal articulador local, o ex-diretor regional Ricardo Miranda Barcia Filho, detalhou a proximidade com órgãos de controle e municípios.

Segundo o depoimento dele ao MPF, foram pagos cerca de R\$ 600 mil ao então conselheiro Dado Cherem para que atuasse junto a prefeituras e defendesse os interesses da empresa no tribunal.

Barcia também afirmou ter repassado aproximadamente R\$ 2 milhões a Julio Garcia, então conselheiro, e a candidatos por ele indicados, como contrapartida por apoio institucional.



Julio Garcia

Imagem: Alesc/Reprodução

Atualmente filiado ao PSD, Garcia deixou o TCE e voltou a ser eleito deputado estadual. Ele preside a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e é um dos políticos mais poderosos do estado.

Procurados, Garcia e Cherem negaram veementemente o relato dos delatores. Garcia chamou a narrativa dos delatores de "estapafúrdia" e Cherem disse que o relato é mentiroso porque confunde "de propósito" a promessa de intermediar uma doação empresarial, à época permitida, para campanha.

Segundo ele, a doação nunca foi feita porque ele não foi candidato em 2014 ([leia mais aqui](#))

Pelo relato dos delatores, a relação com políticos nem sempre era tranquila.

Em São Francisco do Sul, contou o ex-diretor Barcia, um então prefeito ameaçou suspender o contrato de concessão de não recebessem R\$ 9 milhões. Segundo ele, o valor foi pago, inclusive usando notas frias de uma agência de publicidade.

Em Penha, outro município do Estado, um prefeito cobrara R\$ 4 milhões para não criar empecilhos à execução do contrato.

Já em Camboriú (cidade vizinha a Balneário Camboriu), a Aegea comprou três apartamentos do marido da prefeita como acerto político.

O **UOL** enviou à Aegea questões específicas sobre as práticas criminosas de seus executivos contidas nas delações. A assessoria de imprensa da empresa informou que a manifestação estava restrita ao fato relevante publicado em 5 de fevereiro.

Malas de dinheiro

O suborno de políticos em troca de contratos ou de facilidades para a empresa aparecem logo nas duas concessões mais vistosas do início da trajetória da Aegea —Campo Grande (MS) e a região dos Lagos, no Rio, ambas operadas a partir de 2010.

Pelo relato de Amadeo aos investigadores, em 2012, o então secretário de Governo da gestão de Sérgio Cabral no Rio, Wilson Carlos, exigiu R\$ 8 milhões como condição para assinar um termo aditivo ao contrato da Prolagos, concessionária de água e esgoto de municípios como Arraial do Cabo, Búzios e Cabo Frio.

Homem da confiança de Cabral, Wilson Carlos ficou famoso na "farra do guardanapo", a festa em homenagem a Sérgio Cabral, no Hôtel de la Païva, um espaço de eventos exclusivo na avenida Champs-Élysées, em Paris, em 2009.

Na ocasião, Carlos e outros auxiliares de Cabral foram fotografados confraternizando com guardanapos amarrados à cabeça.

Ele foi condenado a 34 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, decorrentes do braço da Lava Jato no Rio, e chegou a ficar mais de dois anos preso. Libertado em 2020, ele recorre em liberdade.

O **UOL** não conseguiu localizá-lo.



27.abr.2017 - Wilson Carlos, ex-secretário de Governo de Sérgio Cabral (PMDB) no Rio, depõe ao juiz Sergio Moro na Operação Lava Jato
Imagem: Divulgação/Justiça Federal do Paraná

Amadeo diz ter autorizado o pagamento por Wilson Carlos, que foi entregue em dez parcelas mensais, em cash, a emissários do secretário que iam à sede da Aegea, em São Paulo.

Dois outros funcionários da empresa contaram, em seus depoimentos, que eram encarregados de conseguir os pacotes de dinheiro e de fazer a entrega aos destinatários indicados.

Dois delatores, o ex-diretor administrativo da Aegea no Rio, Felipe Ferraz, e o ex-financeiro, Flávio Crivellari, contaram que passaram a usar um escritório de advocacia para distribuir R\$ 3 milhões a lideranças políticas da região dos Lagos.

Segundo a versão contada aos investigadores, o escritório na rua da Quitanda, no centro do Rio, passou a funcionar como um "cofre" e ponto de retirada de suborno para evitar o risco do transporte interestadual de malas de dinheiro.

O dinheiro vivo era "gerado" depois que a Aegea fazia pagamentos de honorários advocatícios e serviços nunca prestados por firmas de consultoria.

Caixa dois ecumênico

Na capital sul-mato-grossense, segundo relato de Amadeo aos procuradores, a Aegea "recebeu pressão" de João Amorim, em nome do grupo político do então prefeito.

A cobrança seria para fazer pagamentos destinados a formar caixa para a campanha do sucessor à prefeitura, em 2012, e, depois, para a disputa ao governo do Estado, em 2014.

O prefeito de Campo Grande à época era Nelson Trad Filho, então no PMDB (atual MDB). Trad Filho (PSD) atualmente é senador.

Amorim é um empresário de Campo Grande, que chegou a ser preso na operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal em 2015, com

foco na corrupção de obras públicas em MS. Valor do acerto, segundo Amadeo: R\$ 30 milhões até 2015.

Para viabilizar os pagamentos, a Aegea terceirizava a fraude. O ex-consultor Carlos Antonio Bernert disse aos procuradores que elaborou oito contratos fictícios entre 2011 e 2015, totalizando R\$ 30 milhões em que simulava a locação de equipamentos junto às empresas Proteco e ASE, ambas de João Amorim.

Pela comodidade de emprestar notas de suas empresas, Amorim ficava com 25% do acerto, segundo os delatores.

Mesmo assim, houve tumulto e contratempos. O PMDB lançou Edson Giroto como candidato a prefeito e ele perdeu a eleição para o azarão Alcides Bernal. Bernal foi afastado depois, sendo substituído pelo vice Gilmar Olarte.

O caixa dois da Aegea era ecumênico, segundo os delatores. Hamilton Amadeo contou aos investigadores que autorizou o pagamento de R\$ 3 milhões para quitar dívidas de campanha do então vice-prefeito Gilmar Olarte.

O CEO da Aegea contou ter atendido a um pedido para liberar R\$ 4 milhões, em 2015, para uma caixinha de campanha de Bernal.

Amadeo contou que entregou a Bernal a chave de um Fiat Uno onde estavam guardados pacotes de dinheiro. Segundo o ex-CEO, a entrega da propina ocorreu em uma casa na avenida Calógeras, no centro de Campo Grande.

Amadeo conta ter acertado com o então governador Reinaldo Azambuja (à época no PSDB e atualmente no PL), no apartamento do político em

Campo Grande, que a Aegea daria R\$ 2 milhões para saldar dívidas de campanha.

Amadeo entregou aos procuradores o endereço do apartamento, a data do encontro (13 de junho de 2015) e detalhes como o prefixo da aeronave em que viajou.

Os pagamentos foram posteriormente viabilizados por meio da emissão de notas fiscais fraudulentas, referentes a serviços não prestados, pelas empresas Equipe Engenharia Ltda. e HL Construtora Ltda, segundo o delator.

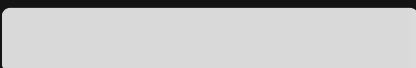
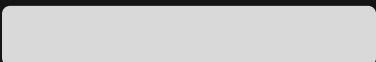
Procurado, o senador afirmou que ignora o conteúdo da colaboração de Hamilton Amadeo. "Não sou investigado no STJ, tampouco há qualquer procedimento conduzido pela PGR envolvendo meu nome em relação às declarações mencionadas", disse ao **UOL**. ([leia mais aqui](#)).

Outro ex-prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal, disse que os dirigentes da Aegea comportavam-se como seus adversários políticos e mentem na delação: "Esse pessoal sempre foi contra mim. Nunca recebi um centavo desse povo".

O ex-governador Reinaldo Azambuja disse que nunca pediu nem recebeu R\$ 2 milhões da da Aegea ou da Equipav e que não se lembra de ter participado da reunião citada pelo delator.

"Nunca fiz tratativa nenhuma em 2015 sobre dívida de campanha nem com ele e nem com ninguém", afirmou.

O **UOL** não conseguiu falar com Bernal e Olarte. ([leia mais](#))



54 comentários

O autor da mensagem, e não o UOL, é o responsável pelo comentário. Leia as [Regras de Uso do UOL](#).

Augusto de Jesus Ferreira

A corrupção está enraizada nos políticos que só querem se beneficiar e enriquecer. Neste caso os Estados que se dizem conservadores estão envolvidos até o pescoço.

há 6 horas

24 Responder Denunciar

6 respostas

José Roberto Xavier de Oliveira

E não se vai cassar as concessões?

há 6 horas

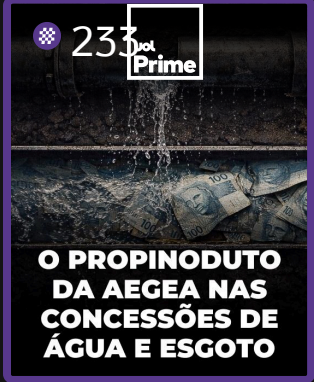
20 Responder Denunciar

Dante Thomas Jefferson Dentice

Enquanto tivermos politicos desprovidas de carater, o cenário não mudará a vacina é voto consciente!

Mais uol Prime

há 6 horas





SP LA SH

UNIVERSA

VivaBem

ECO

noSSa

tilt

TAB

canal uol

Guia de Compras

Sobre o UOL

Conheça nossa história

Denuncie

Fale conosco

Imprensa

SAC

Segurança e privacidade

Termos de Uso

Aviso de Direitos autorais

Carreiras

Para Você

PagBank

Assine UOL

Tenha um email @uol

Bate-Papo UOL

UOL Antivírus

UOL Play

UOL Leia+

Clube UOL

UOL Resolve

UOL Sexo

UOL Wi-Fi

Assistência técnica

Passei Direto

UOL Educação

UOL Afiliados

Para seu negócio

Anuncie no UOL

Cloud Computing

Conecte

[Crie seu Blog](#)

[Criador de sites](#)

[Loja VirtUOL](#)

[Dicas para o seu negócio](#)

[Venda sem maquininha](#)

[Email marketing](#)

[Email profissional](#)

[Hospedagem](#)

[Maquininha de cartão](#)

[PagBank](#)

[Registre um domínio](#)

Aplicativos

[UOL Notícias](#)

[Placar UOL](#)

[UOL Cotações](#)

[Bate-Papo UOL](#)

[UOL Mail](#)

[Meu UOL](#)

Assine UOL

Assine o UOL e tenha acesso
ilimitado a notícias, vídeos e muito
mais.

Telefone

4003-6118

Capitais

0800 703 300

Demais localidades

Baixe nossos apps



Siga Tab



1996 - 2026 UOL - O melhor conteúdo. Todos os direitos reservados. [Segurança e privacidade](#)